

TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO – ADMINISTRADOR




BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. –
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
Concurso Público 01/2026

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

70 questões


 5 alternativas


PROVA DISCURSIVA

 02 questões

TEMPO DE PROVA

 5 horas

 Saída permitida somente
após 1 hora de prova

 O candidato só poderá
levar este Caderno após 1
hora de prova

INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas e 2 (duas) questões discursivas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta e da Folha Definitiva da Prova Discursiva.
- Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- Ao concluir estas provas, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e a Folha Definitiva da Prova Discursiva.
- Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- A divulgação do gabarito preliminar e do padrão de respostas se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO INSTITUTO LEGALLE. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01	06	11	16	21	26	31	36	41	46	51	56	61	66
02	07	12	17	22	27	32	37	42	47	52	57	62	67
03	08	13	18	23	28	33	38	43	48	53	58	63	68
04	09	14	19	24	29	34	39	44	49	54	59	64	69
05	10	15	20	25	30	35	40	45	50	55	60	65	70

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

Da renda à ciência, desigualdade racial segue moldando o Brasil

Neste 21 de março, Dia Internacional contra a Discriminação Racial, olhar para a desigualdade no Brasil é, inevitavelmente, olhar para o que persiste. Não apenas nos indicadores, mas nas estruturas que atravessam o tempo e organizam silenciosamente a vida social. Como resume o economista Mário Theodoro — ex-pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e uma das principais referências no tema —, “a pobreza, a miséria e, principalmente, a desigualdade são fenômenos que remontam à própria criação do Brasil e têm raízes na questão racial”.

Os dados mais recentes do Ipea não deixam espaço para dúvida: mesmo diante de avanços importantes nas políticas públicas, a desigualdade racial permanece como uma presença constante. Ela não se limita a um campo específico — infiltra-se na renda, atravessa o acesso a serviços, delimita trajetórias e chega, inclusive, à forma como o país produz e organiza seus próprios dados.

Mais do que um desvio ou uma exceção, trata-se de um padrão que se repete. Uma engrenagem que se ajusta ao tempo, mas não se desfaz, e que segue desafiando tanto a ação do Estado quanto a capacidade de compreender, em profundidade, o Brasil que se constrói todos os dias.

O estudo Desigualdade de raça e gênero e impactos distributivos dos gastos públicos com saúde e educação no Brasil mostra que as políticas públicas têm, sim, potência transformadora. Ao incorporar serviços de saúde e educação ao cálculo da renda ampliada, a desigualdade diminui de forma expressiva — o índice de Theil (medida estatística de desigualdade econômica e concentração de renda) recua de 0,62 para 0,38, sinalizando o efeito redistributivo do Estado.

Mas há camadas que resistem.

Entre 11% e 12% da desigualdade total ainda se explica por fatores como raça e gênero, revelando que essas dimensões continuam a organizar o acesso a oportunidades. Mesmo quando o Estado atua, as marcas da desigualdade não desaparecem por completo — elas se reconfiguram.

Essa distância se amplia quando se observa o gasto privado: entre as famílias de maior renda no país, por exemplo, as chefiadas por homens brancos chegam a investir em saúde até 150% do que é gasto por famílias negras. Em um mesmo país, convivem realidades profundamente distintas, separadas por barreiras que nem sempre são visíveis, mas são persistentemente eficazes.

E quando raça e gênero se cruzam, o cenário se torna ainda mais complexo. As desigualdades não apenas se somam — elas se aprofundam, revelando um tecido social

onde as diferenças se entrelaçam e se reforçam mutuamente.

Há ainda um outro desafio, mais silencioso: o de medir a desigualdade. O estudo Avanços entre desafios: uma análise da evolução da qualidade das informações de raça/cor na Rais e no Novo Caged aponta melhorias importantes na qualidade dos registros, como a redução de informações ignoradas ao longo do tempo. Mas revela também que os dados ainda carregam distorções.

Bases administrativas seguem apresentando sobrerrepresentação de pessoas brancas e sub-representação de pessoas pretas quando comparadas a outras fontes, como a PNAD Contínua. Em anos recentes, essa diferença ultrapassou três pontos percentuais — e já foi ainda maior.

São pequenas distâncias nos números, mas grandes no que elas significam.

Porque medir mal é, muitas vezes, enxergar menos. E enxergar menos é também limitar a capacidade de agir.

Quando reunidos, os estudos apontam para uma mesma direção: a desigualdade racial no Brasil não é episódica. Não é um resíduo do passado. É uma presença ativa, que se reorganiza e se mantém ao longo do tempo.

Ela atravessa a renda, o acesso a serviços, os espaços de poder e até os instrumentos que deveriam revelá-la. Está nas trajetórias individuais, mas também nas estruturas que as condicionam.

E é justamente essa persistência que torna o desafio mais complexo — e mais urgente.

Fonte: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/16302-da-renda-a-ciencia-desigualdade-racial-segue-moldando-o-brasil> (adaptado).

Questão 01. Ao mobilizar os dados do estudo sobre os impactos distributivos dos gastos públicos com saúde e educação, o texto sustenta que:

- (A) A atuação estatal anulou as disparidades sociais historicamente vinculadas à raça e ao gênero, tornando residual a desigualdade no país.
- (B) Os avanços observados na renda ampliada resultam, sobretudo, da expansão do gasto privado das famílias de menor renda em saúde e educação.
- (C) Os estudos citados indicam que raça e gênero perderam relevância analítica, uma vez que o acesso a oportunidades passou a depender prioritariamente do mérito individual.
- (D) A redução estatística da desigualdade demonstra que os serviços públicos produzem efeito redistributivo, embora não eliminem integralmente as assimetrias estruturais.
- (E) O índice de Theil comprova que a desigualdade racial deixou de ser um problema central, passando a predominar, no Brasil, uma diferenciação apenas econômica.

Questão 02. Ao afirmar que **há camadas que resistem**, o texto passa a desenvolver a ideia de que:

- (A) A persistência das diferenças decorre, predominantemente, de escolhas individuais das famílias diante das oportunidades oferecidas.
- (B) Os indicadores de desigualdade deixaram de ser confiáveis, razão pela qual não permitem mais interpretar a realidade social brasileira.
- (C) A desigualdade, embora reduzida pelos gastos públicos, preserva núcleos de permanência associados a fatores estruturais, como raça e gênero.
- (D) O problema central da desigualdade brasileira está restrito à insuficiência de dados estatísticos sobre renda e consumo.
- (E) O estado, ao ampliar serviços sociais, intensificou diferenças antes inexistentes entre grupos raciais e econômicos.

Questão 03. No trecho em que o texto aborda a qualidade das informações de raça/cor em bases administrativas, a argumentação conduz à conclusão de que:

- I. A melhora nos registros administrativos foi suficiente para tornar dispensável a comparação com outras fontes estatísticas nacionais.
- II. Distorções na produção dos dados comprometem a visibilidade do fenômeno social, podendo restringir a formulação e a eficácia das ações de enfrentamento.
- III. A sub-representação de pessoas pretas decorre da oscilação natural dos levantamentos, sem impacto relevante para a compreensão da realidade brasileira.

Das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas I está incorreta.
- (C) Apenas I e II estão corretas.
- (D) Apenas II não está incorreta.
- (E) Apenas III não está incorreta.

Questão 04. Em **Ela não se limita a um campo específico — infiltra-se na renda, atravessa o acesso a serviços, delimita trajetórias e chega, inclusive, à forma como o país produz e organiza seus próprios dados**, a expressão **delimita trajetórias** foi empregada com o sentido de:

- (A) Amplia percursos sociais, ao multiplicar de modo equilibrado as possibilidades de ascensão individual.
- (B) Define caminhos livres de obstáculos, ao distribuir de maneira uniforme o acesso a bens e serviços.
- (C) Reorganiza escolhas subjetivas, ao substituir condicionamentos estruturais por decisões exclusivamente individuais.
- (D) Condiciona percursos de vida, ao impor barreiras que restringem oportunidades e possibilidades de deslocamento social.
- (E) Descreve percursos pessoais, ao registrar neutralmente os diferentes modos de inserção dos indivíduos na sociedade.

Questão 05. No trecho **Mesmo quando o Estado atua, as marcas da desigualdade não desaparecem por completo — elas se reconfiguram**, a palavra **reconfiguram** exemplifica um caso de:

- (A) Derivação prefixal, pois houve acréscimo de prefixo à palavra base, com alteração de sentido.
- (B) Composição por aglutinação, pois ocorreu fusão de elementos com alteração estrutural da base.
- (C) Derivação sufixal, pois houve acréscimo de sufixo nominal à forma primitiva.
- (D) Composição por justaposição, pois dois radicais foram unidos sem perda fonética.
- (E) Derivação regressiva, pois a palavra resulta da redução de uma forma verbal anterior.

Questão 06. No período **E quando raça e gênero se cruzam, o cenário se torna ainda mais complexo**, a oração **quando raça e gênero se cruzam** classifica-se como:

- (A) Oração subordinada adverbial condicional, pois indica hipótese necessária para a complexidade do cenário.
- (B) Oração subordinada adverbial temporal, pois expressa circunstância de tempo em relação à oração principal.
- (C) Oração subordinada adjetiva restritiva, pois caracteriza o substantivo **cenário**.
- (D) Oração coordenada sindética aditiva, pois acrescenta uma informação autônoma à oração seguinte.
- (E) Oração subordinada substantiva subjetiva, pois exerce a função de sujeito da oração principal.

Questão 07. O vocábulo **que** pertence ao grupo das palavras de grande versatilidade na língua portuguesa, pois pode assumir diferentes classificações gramaticais conforme o contexto em que aparece. No período **Mas há camadas que resistem**, o vocábulo **que** classifica-se como:

- (A) Conjunção subordinativa causal.
- (B) Conjunção integrante.
- (C) Pronome indefinido.
- (D) Partícula expletiva.
- (E) Pronome relativo.

Questão 08. A relação entre letras e sons nem sempre ocorre de forma direta na língua portuguesa, razão pela qual a análise de fonemas e dígrafos exige observar a realização sonora efetiva de cada vocábulo. Considerando essa perspectiva, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) **exemplo** apresenta 7 letras e 7 fonemas.
- (B) **profundidade** apresenta 11 fonemas e 1 dígrafo.
- (C) **expressiva** apresenta 10 letras, 9 fonemas e 1 dígrafo.
- (D) **chefiadas** apresenta 1 dígrafo consonantal e 8 fonemas.
- (E) **atravessa** apresenta 8 fonemas e 1 dígrafo consonantal.

Questão 09. Os sujeitos das orações podem apresentar diferentes classificações, conforme a forma como o termo a que o verbo se refere se manifesta na estrutura sintática. Entre os tipos mais recorrentes, estão o sujeito simples; o sujeito composto; o sujeito oculto; o sujeito indeterminado; e a oração sem sujeito. Assim, no trecho **a pobreza, a miséria e, principalmente, a desigualdade são fenômenos que remontam à própria criação do Brasil**, o sujeito da forma verbal **são** classifica-se como:

- (A) Sujeito indeterminado.
- (B) Oração sem sujeito.
- (C) Sujeito composto.
- (D) Sujeito simples.
- (E) Sujeito oculto.

Questão 10. A colocação pronominal em língua portuguesa refere-se à posição do pronome oblíquo átono em relação ao verbo. A identificação dessa colocação depende da estrutura da oração e da forma verbal a que o pronome se vincula. No trecho **Ela atravessa a renda, o acesso a serviços, os espaços de poder e até os instrumentos que deveriam revelá-la**, a colocação pronominal presente em **revelá-la** classifica-se como:

- (A) Ênclise.
- (B) Próclise.
- (C) Epêntese.
- (D) Hipérclise.
- (E) Mesóclise.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Questão 11. Analise o texto a seguir, conforme Lei Federal nº 13.303/2016:

As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais economicamente financeira, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da proibidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente adequado, visto que observa a legislação vigente.
- (B) Parcialmente adequado, visto que a seleção citada busca a proposta mais vantajosa.
- (C) Parcialmente adequado, visto que não se evita sobrepreço, o qual é interessante para o poder público.
- (D) Plenamente inadequado, visto que em nada observa a legislação vigente.
- (E) Parcialmente adequado, visto que o julgamento objetivo não deve ser buscado, e sim o subjetivo.

Questão 12. As instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter registros de todas as operações realizadas, produtos e serviços contratados, inclusive _____, recebimentos, transferências de recursos e operações no mercado de câmbio.

Quantos dos seguintes itens podem preencher a lacuna acima? **I.** saques; **II.** aportes; **III.** depósitos; **IV.** pagamentos.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Apenas 3 deles.
- (E) Todos os 4.

Questão 13. O servidor público que utilizar ou viabilizar a utilização de qualquer informação obtida em decorrência da quebra de sigilo de que trata a Lei Complementar nº 105/2001, responde pessoal e diretamente pelos danos decorrentes, sem prejuízo da responsabilidade objetiva da entidade pública, quando comprovado que o servidor agiu de acordo com orientação oficial. A quebra de sigilo, fora das hipóteses autorizadas na Lei citada, constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de _____ e multa, aplicando-se, no que couber, o Código Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) detenção.
- (B) repreensão pública.
- (C) advertência.
- (D) moção de repúdio.
- (E) reclusão.

Questão 14. O Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP reúne e dá publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo com base na Lei Federal nº 12.846/2013. O CNEP contém, entre outras, as informações acerca das sanções aplicadas previstas em quantos dos seguintes itens? **I.** Tipo de sanção; **II.** Dados pessoais dos componentes da Comissão Penalizadora; **III.** Razão social e número de inscrição da pessoa jurídica ou entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; **IV.** Data de aplicação e data final da vigência do efeito limitador ou impeditivo da sanção, quando for o caso.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Apenas 3 deles.
- (E) Todos os 4.

Questão 15. As instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem requerer dos sacadores clientes e não clientes solicitação de provisionamento com, no mínimo, três dias úteis de antecedência, das operações de saque, inclusive as realizadas por meio de cheque ou ordem de pagamento, de valor igual ou superior a:

- (A) Dois mil reais.
- (B) Dez mil reais.
- (C) Quinze mil reais.
- (D) Vinte e cinco mil reais.
- (E) Cinquenta mil reais.

Questão 16. Acerca dos agentes de tratamento de dados pessoais, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, analise as assertivas:

- I. A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões de interoperabilidade para fins de portabilidade, livre acesso aos dados e segurança, assim como sobre o tempo de guarda dos registros, tendo em vista especialmente a necessidade e a transparência.
- II. A autoridade nacional poderá determinar ao controlador que elabore relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados, nos termos de regulamento, observados os segredos comercial e industrial.
- III. O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, salvo quando baseado no legítimo interesse.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas III.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas I e III.

Questão 17. Tem-se que as agências de fomento podem empregar em suas atividades, além de recursos próprios, os provenientes do previsto em quantos dos seguintes itens? **I.** Orçamentos federal, estadual e municipal; **II.** Fundos e programas oficiais; **III.** Organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento; **IV.** Captação de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Apenas 3 deles.
- (E) Todos os 4.

Questão 18. Observe as afirmações que seguem:

As agências de fomento devem constituir e manter, permanentemente, fundo de liquidez equivalente, no mínimo, a _____ do valor de suas obrigações, a ser integralmente aplicado em títulos públicos federais.

Para isso, consideram-se obrigações os valores registrados no _____ circulante, as coobrigações por cessão de crédito e as garantias prestadas.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) sete por cento; ativo.
- (B) dez por cento; passivo.
- (C) doze por cento; ativo.
- (D) quinze por cento; passivo.
- (E) vinte por cento; ativo.

Questão 19. Analise as partes que seguem: Além dos estabelecimentos bancários oficiais ou privados, das sociedades de crédito, financiamento e investimentos, das caixas econômicas e das cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas que a tenham, também se subordinam às disposições e disciplina da Lei Federal nº 4.595/1964 no que for aplicável (**1ª parte**) as bolsas de valores, companhias de seguros e de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma (**2ª parte**), e as pessoas, desde que jurídicas, que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras (**3ª parte**).

Acerca das partes, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª parte está incorreta.
- (B) Apenas a 2ª parte está incorreta.
- (C) Apenas a 3ª parte está incorreta.
- (D) Apenas a 1ª parte está correta.
- (E) Apenas a 2ª parte está correta.

Questão 20. Quantos dos seguintes itens constituem o Sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela Lei Federal nº 4.595/1964? **I.** Banco do Brasil S.A.; **II.** Conselho Monetário Nacional; **III.** Banco Central do Brasil; **IV.** Demais instituições financeiras, desde que públicas.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Apenas 3 deles.
- (E) Todos os 4.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 21. Uma agência de fomento estabeleceu a seguinte norma para a concessão de crédito a startups: "Se o projeto apresenta inovação disruptiva ou a garantia real é superior a 150% do empréstimo, então o desembolso é aprovado e os juros são subsidiados." Considere que, em um processo de auditoria, descobriu-se que a norma acima foi descumprida em um processo específico (ou seja, a proposição lógica é falsa). Nesse caso, é logicamente CORRETO afirmar que:

- (A) O projeto apresenta inovação disruptiva, mas o desembolso não foi aprovado.
- (B) O projeto não apresenta inovação disruptiva e a garantia real é inferior a 150% do empréstimo.
- (C) O desembolso foi aprovado, mas os juros não foram subsidiados.
- (D) Se o projeto não é disruptivo, então a garantia real é superior a 150%.
- (E) O projeto é disruptivo ou a garantia é superior a 150%, e o desembolso foi aprovado.

Questão 22. Uma agência de fomento possui um orçamento anual de R\$ 250 milhões, dos quais R\$ 34 milhões são destinados ao desenvolvimento econômico de um projeto social de impacto regional. Buscando ampliar a captação de recursos, os analistas da agência submeteram uma proposta a um fundo internacional. A condição estabelecida para a liberação do novo aporte é que o valor total destinado a esse projeto social passe a representar exatamente 20% do novo orçamento anual total da agência. Considere que todo o recurso adicional obtido pelos analistas será somado tanto ao orçamento total da agência quanto à verba específica do projeto social. Para atender à exigência do fundo internacional, o valor, em milhão de real, que os analistas conseguiram a mais para a agência foi de:

- (A) 66.
- (B) 50.
- (C) 22.
- (D) 20.
- (E) 16.

Questão 23. Para processar os pedidos de subvenção econômica de um novo edital, a agência estima que 12 analistas, com a mesma capacidade de trabalho, operando 6 horas por dia, conseguem analisar 180 projetos em 20 dias. Devido à alta demanda, a agência precisa analisar 300 projetos em apenas 15 dias. Para cumprir esse novo cronograma, mantendo a mesma eficiência, quantos analistas serão necessários se a jornada diária for estendida para 8 horas?

- (A) 15 analistas.
- (B) 18 analistas.
- (C) 20 analistas.
- (D) 22 analistas.
- (E) 24 analistas.

Questão 24. O cronograma de liberação de recursos para a construção de um polo tecnológico prevê 12 parcelas mensais que formam uma Progressão Aritmética. Sabe-se que a soma da 3ª parcela com a 10ª parcela totaliza R\$ 800.000,00. A diretoria da agência de fomento aprovou um teto total de investimento para este projeto (a soma das 12 parcelas), em milhão de real, de exatamente:

- (A) 4,0.
- (B) 4,8.
- (C) 5,2.
- (D) 5,6.
- (E) 6,0.

Questão 25. O comitê de avaliação de risco de uma agência de fomento é composto por 10 membros, sendo 6 especialistas em Economia e 4 especialistas em Engenharia. Para garantir uma análise criteriosa e multidisciplinar de projetos estratégicos — como os voltados ao setor de saneamento básico — a agência realiza o sorteio aleatório de uma comissão técnica formada por 4 membros distintos dentre os integrantes do comitê. Considerando que todos os membros têm a mesma chance de serem selecionados e que a escolha é feita de forma aleatória, deseja-se avaliar a composição dessa comissão sob o ponto de vista da diversidade de formação acadêmica. Com base nisso, qual é a probabilidade de que essa comissão seja formada por pelo menos um engenheiro e pelo menos um economista?

- (A) $\frac{97}{210}$
- (B) $\frac{97}{105}$
- (C) $\frac{1}{2}$
- (D) $\frac{1}{210}$
- (E) $\frac{13}{14}$

Questão 26. Uma agência de fomento utiliza um sistema lógico para decidir o status de projetos, com base na seguinte proposição:

$$(A \rightarrow B) \wedge (\neg B \rightarrow C) \wedge (A \vee C)$$

Considerando a construção da tabela verdade dessa proposição, é CORRETO afirmar que ela será falsa quando:

- (A) A for verdadeira, B for verdadeira e C for falsa.
- (B) A for verdadeira, B for falsa e C for falsa.
- (C) A for falsa, B for falsa e C for verdadeira.
- (D) A for falsa, B for verdadeira e C for falsa.
- (E) A for verdadeira, B for falsa e C for verdadeira.

Questão 27. Em certo estudo sobre instituições financeiras, alguns pesquisadores organizaram, por meio de um diagrama lógico, três conjuntos de entidades, sendo:

- Conjunto A: Órgãos governamentais.
- Conjunto B: Empresas de economia mista.
- Conjunto C: Agências de fomento.

Quando analisaram o diagrama, verificou-se que:

- Todo elemento de C pertence também a B.
- Alguns elementos de B pertencem a A.
- Nenhum elemento de A está totalmente contido em C.

Com base nessas relações lógicas entre os conjuntos, a classificação CORRETA para uma instituição que é empresa de economia mista e atua como agência de fomento, sem ser órgão governamental direto, será:

- (A) Pertence apenas ao conjunto A.
- (B) Pertence simultaneamente aos conjuntos A, B e C.
- (C) Pertence aos conjuntos B e C, mas não necessariamente ao conjunto A.
- (D) Pertence apenas ao conjunto C.
- (E) Pertence aos conjuntos A e C, mas não ao conjunto B.

Questão 28. Numa instituição pública, os projetos de fomento a aprendizagem de estudantes da Educação Básica aparecem no sistema da instituição sendo divididos nas seguintes condições:

- Projetos aprovados com financiamento (120 unidades).
- Projetos aprovados (180 unidades).
- Projetos aprovados (30 unidades) em reestruturação.
- Projetos em reestruturação para aprovação futura (80 unidades).
- Projetos recusados (40 unidades).

A partir das condições, é possível afirmar, CORRETAMENTE, que o total de projetos que estão no sistema da instituição é de:

- (A) 300, considerando que os projetos aprovados englobam aqueles com financiamento e os em reestruturação, sendo somados apenas os conjuntos disjuntos restantes.
- (B) 420, ao somar todos os conjuntos apresentados, admitindo que não há interseção entre projetos aprovados, em reestruturação e recusados.
- (C) 260, ao excluir os projetos aprovados em reestruturação do total de aprovados e somar apenas os projetos não sobrepostos.
- (D) 340, considerando que os projetos aprovados em reestruturação devem ser contabilizados separadamente dos aprovados com financiamento.
- (E) 220, ao considerar exclusivamente os projetos aprovados e em reestruturação, desconsiderando os recusados por não integrarem o ciclo ativo.

Questão 29. Ao longo de uma análise sobre padrões utilizados por uma agência de fomento para codificação interna de projetos culturais desenvolvidos em uma universidade, verificou-se que adotaram um padrão lógico em uma sequência em que cada letra representa um número conforme sua posição no alfabeto de 26 letras, o que é representado a seguir:

A – C – F – J – O

Considerando o padrão de formação da sequência, o próximo projeto após **O** será representado, CORRETAMENTE, pela letra:

- (A) R.
- (B) S.
- (C) T.
- (D) U.
- (E) V.

Questão 30. Uma agência de fomento estabeleceu alguns títulos para projetos internos em análise receberem financiamento. Um dos títulos adotados no sistema da agência diz o seguinte:

Se um projeto, é aprovado, então recebe financiamento. Caso não tenha recebido financiamento, é porque não foi aprovado ou precisa de reformulação.

Analisando o título acima, pode-se dizer que os conectivos lógicos abordados são:

- (A) Se A, então B. Não B implica em não A ou C.
- (B) Não A então B. B implica em não A ou B.
- (C) Se A, então B. Não B implica em não A ou B.
- (D) A implica B. Não A implica em não B ou C.
- (E) A implica B, B implica A ou C.

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31. Em uma agência de fomento, a política de crédito é o instrumento que baliza as decisões de concessão, alinhando o apetite ao risco com os objetivos de desenvolvimento regional. Ao estabelecer diretrizes para novos financiamentos, essa política não deve apenas focar na rentabilidade imediata, mas também na sustentabilidade da carteira a longo prazo.

Considerando a estrutura de uma política de crédito eficiente, qual dos elementos abaixo é fundamental para garantir que a instituição consiga mitigar perdas sistemáticas sem interromper o fluxo de apoio financeiro aos projetos produtivos?

- (A) A exigência de garantias reais equivalentes a dez vezes o valor do capital total financiado.
- (B) A definição clara de alçadas de decisão e critérios de elegibilidade para cada linha de fomento.
- (C) A suspensão imediata de toda e qualquer liberação de recursos em períodos de baixa do mercado.
- (D) O foco exclusivo na análise de garantias, ignorando a capacidade de pagamento do tomador final.
- (E) A transferência integral da responsabilidade da análise para consultorias externas contratadas.

Questão 32. No âmbito das agências de fomento, a compreensão dos graus de inovação é vital para a alocação de recursos. Uma empresa busca financiamento para implementar uma melhoria em um processo produtivo já existente, visando reduzir custos sem alterar a essência do produto final. Essa mudança, embora traga eficiência, não cria um novo mercado nem rompe com as tecnologias vigentes na organização.

Considerando as definições clássicas de inovação, como deve ser classificado esse projeto para fins de enquadramento em linhas de crédito que diferenciam o impacto da novidade no mercado?

- (A) Inovação radical, visto que qualquer mudança no processo produtivo gera um novo paradigma.
- (B) Inovação disruptiva, por obrigatoriamente baratear o produto para o consumidor de baixa renda.
- (C) Inovação aberta, já que o projeto necessariamente envolveu a contratação de consultores externos.
- (D) Inovação de marketing, pois a redução de custos será usada apenas para baixar o preço de venda.
- (E) Inovação incremental, pois promove melhorias contínuas em algo que já existe na empresa.

Questão 33. A análise de crédito no fomento busca entender a viabilidade do negócio e a probabilidade de retorno do capital investido. Durante o processo de avaliação de uma cooperativa de produtores, identifica-se que o fluxo de caixa projetado é altamente dependente de variações climáticas sazonais. Nesse contexto, a lógica da análise de crédito deve ir além da simples verificação de documentos contábeis passados.

Assim, qual abordagem reflete melhor a lógica técnica necessária para decidir sobre a aprovação deste limite de crédito específico para investimento em infraestrutura?

- (A) Ignorar as projeções futuras e basear a decisão apenas no patrimônio líquido do último balanço.
- (B) Aprovar o crédito integral baseando-se apenas na relevância social da cooperativa para a região.
- (C) Exigir que a cooperativa altere seu ramo de atividade para um setor com menor risco de clima.
- (D) Avaliar a sensibilidade do fluxo de caixa perante cenários adversos de queda na produção agrícola.
- (E) Considerar que o histórico de dez anos sem inadimplência anula a necessidade de análise futura.

Questão 34. Conforme a Lei Federal nº 13.303/2016, na participação em sociedade empresarial em que a empresa pública, a sociedade de economia mista e suas subsidiárias não detenham o controle acionário, essas deverão adotar, no dever de fiscalizar, práticas de governança e controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual são partícipes, considerando, para esse fim, por exemplo:

- I. Análise das condições de alavancagem financeira da sociedade.
- II. Relatório de risco das contratações para execução de obras, fornecimento de bens e prestação de serviços relevantes para os interesses da investidora.
- III. Avaliação de inversões financeiras e de processos relevantes de alienação de bens móveis e imóveis da sociedade.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas III.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II.

Questão 35. O processo de crédito em uma agência de fomento é composto por diversas etapas, desde a prospecção e cadastro até o desembolso e a fiscalização. A padronização desse processo é essencial para garantir a equidade nas decisões e a agilidade no atendimento às demandas dos empreendedores. Se uma etapa do processo for negligenciada, o risco operacional e de crédito aumenta significativamente.

Nesse sentido, qual das alternativas abaixo descreve uma etapa crítica que conecta a análise técnica à formalização jurídica da operação de fomento?

- (A) O marketing institucional, que define quais empresas serão visitadas pelos técnicos da agência.
- (B) A entrega de brindes aos clientes que possuem as melhores garantias reais cadastradas no sistema.
- (C) A destruição de documentos físicos antes da digitalização completa dos dados no sistema interno.
- (D) O arquivamento das propostas negadas sem que haja qualquer registro do motivo da negativa técnica.
- (E) O comitê de crédito, onde as propostas são discutidas e ratificadas conforme os níveis de alçada.

Questão 36. A utilização de modelos de *Credit Scoring* tem se tornado comum em agências de fomento para agilizar a análise de micro e pequenas empresas. Esses modelos estatísticos atribuem uma pontuação ao proponente com base em variáveis pré-definidas, permitindo uma padronização da análise. No entanto, o uso cego dessas ferramentas pode gerar distorções.

Ao aplicar o *Credit Scoring* para um novo empreendimento inovador, qual deve ser a principal cautela técnica para evitar um erro de julgamento sobre o risco?

- (A) Reconhecer que o *scoring* pode não capturar o potencial de inovação por falta de dados históricos.
- (B) Aumentar a pontuação automaticamente se a empresa possuir um nome que soe moderno no mercado.
- (C) Eliminar a necessidade de qualquer documento de identificação dos sócios se a nota for alta.
- (D) Utilizar o *scoring* apenas para decidir o valor do brinde de boas-vindas do novo cliente.
- (E) Substituir todos os analistas humanos por um algoritmo simples de busca em redes sociais.

Questão 37. A definição de limites de crédito é uma etapa estratégica que visa equilibrar o suporte financeiro necessário ao cliente com a exposição máxima que a agência de fomento está disposta a assumir. Esse limite não é estático e deve considerar tanto a capacidade de pagamento quanto o endividamento total do cliente no Sistema Financeiro Nacional.

Nesse sentido, qual critério é MAIS ADEQUADO para a fixação de um limite de crédito responsável para uma empresa de médio porte em expansão?

- (A) O valor total de todos os bens pessoais dos sócios, mesmo que não estejam alienados à agência.
- (B) A soma do faturamento bruto dos últimos cinco anos sem considerar nenhuma despesa ou custo.
- (C) A margem de geração de caixa livre após o pagamento das obrigações correntes e novos juros.
- (D) A vontade do empresário em realizar o investimento, independentemente de planos de negócios.
- (E) O dobro do valor solicitado, visando garantir que a empresa não precise voltar à agência cedo.

Questão 38. Tem-se que o _____ da empresa pública e da sociedade de economia mista deverá fazer constar do Código de Conduta e Integridade, aplicável à alta administração, a vedação à divulgação, sem autorização do órgão competente da empresa pública ou da sociedade de economia mista, de informação que possa causar impacto na cotação dos títulos da empresa pública ou da sociedade de economia mista e em suas relações com o mercado ou com consumidores e fornecedores.

De acordo com a Lei Federal nº 13.303/2016, preenche CORRETAMENTE a coluna:

- (A) administrador.
- (B) Conselho de Administração.
- (C) Conselho Fiscal.
- (D) acionista controlador.
- (E) presidente.

Questão 39. A gestão da carteira de crédito envolve o monitoramento constante do comportamento dos tomadores para identificar sinais precoces de deterioração do risco. Em uma agência de fomento, a concentração de crédito em um único setor econômico pode representar um risco sistêmico elevado. Assim, qual estratégia de gestão de risco é a MAIS RECOMENDADA para garantir a resiliência da carteira perante crises setoriais inesperadas?

- (A) Promover a diversificação da carteira entre diferentes setores da economia e regiões geográficas.
- (B) Concentrar todos os esforços no setor que apresentou o maior crescimento no último mês.
- (C) Parar de realizar revisões de crédito para não identificar problemas que exijam provisões.
- (D) Excluir da carteira qualquer empresa que não tenha sede na capital do estado.
- (E) Manter a mesma estratégia de risco por décadas, independentemente das mudanças no mercado.

Questão 40. As garantias desempenham um papel de mitigação de perda em caso de inadimplência (LGD), funcionando como uma segunda via de saída para a operação de crédito. Em agências de fomento, é comum a utilização de garantias reais e fidejussórias. Ao estruturar uma operação de longo prazo para aquisição de máquinas, qual o papel correto das garantias no processo de decisão de crédito sob a ótica da gestão de riscos modernos?

- (A) Elas são o único fator determinante; se houver garantia, a análise de balanço é dispensável.
- (B) Devem ser aceitas apenas garantias em dinheiro vivo depositadas em conta caução da agência.
- (C) Elas servem como reforço, mas não devem substituir a análise da capacidade de pagamento.
- (D) Garantias fidejussórias de terceiros desconhecidos devem ter maior peso que hipotecas de imóveis.
- (E) O valor da garantia deve ser depreciado em 100% no primeiro dia de contrato para segurança.

Questão 41. As startups possuem características singulares, como a escalabilidade e o modelo de negócio repetível, o que as diferencia das microempresas tradicionais. Devido ao alto risco e à incerteza tecnológica, o financiamento dessas empresas em estágio inicial exige mecanismos específicos de fomento. Ao avaliar uma startup que busca recursos para validar seu Produto Mínimo Viável (MVP), qual deve ser a principal preocupação da agência de fomento ao analisar a estratégia de inovação apresentada no plano de negócios, visando garantir a aplicação eficiente do recurso público ou privado?

- (A) A capacidade da solução em resolver um problema real de mercado de forma escalável e ágil.
- (B) A quantidade de ativos fixos e imóveis que a startup possui para oferecer como garantia real.
- (C) A garantia de que a empresa não mudará seu modelo de negócio nos próximos dez anos de contrato.
- (D) O número de funcionários com mais de vinte anos de experiência no setor público de saúde.
- (E) A apresentação de um lucro líquido positivo e estável nos últimos cinco anos de operação.

Questão 42. O Acordo de Basileia I estabeleceu recomendações para as exigências mínimas de capital para instituições financeiras internacionalmente ativas para fins de mitigação do risco de crédito. As recomendações conhecidas como Basileia II, revisão do primeiro Acordo, agregou princípios para uma avaliação mais precisa dos riscos incorridos por instituições financeiras internacionalmente ativas. São os chamados Pilares para a regulação prudencial:

- I. Incentivo à disciplina de mercado por meio de requerimentos de divulgação ampla de informações relacionadas aos riscos assumidos pelas instituições.
- II. Critérios para o cálculo dos requerimentos mínimos de capital.
- III. Princípios de supervisão para a revisão de processos internos de avaliação da adequação de capital, de forma a incentivar a aplicação, pelos próprios supervisionados, de melhores práticas de gerenciamento de riscos por meio do seu monitoramento e mitigação.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas III.

Questão 43. Através da Lei Federal nº 9.613/1998, ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, é crime, cuja pena é reclusão de três a dez anos, e multa. Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal:

- I. Os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere.
- II. Importa ou exporta bens com valores correspondentes aos verdadeiros.
- III. Os converte em ativos lícitos.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) Apenas II.

Questão 44. O conceito de Ecossistemas de Inovação pressupõe a interação entre diversos atores, como universidades, governo, empresas e agências de fomento, para gerar um ambiente propício ao desenvolvimento tecnológico. Quando uma agência de fomento atua em uma região para fortalecer essa rede, ela não apenas empresta dinheiro, mas atua como um catalisador de conexões.

Com base nisso, qual das alternativas abaixo descreve corretamente a função de uma política pública de fomento desenhada para fortalecer a interação entre esses atores e mitigar as falhas de mercado que impedem o avanço tecnológico local?

- (A) A proibição de parcerias entre empresas privadas para evitar a formação de cartéis tecnológicos.
- (B) A centralização de toda a pesquisa científica dentro dos prédios da própria agência de fomento.
- (C) O financiamento exclusivo de empresas veteranas, impedindo a entrada de startups no ecossistema.
- (D) O estímulo à criação de parques tecnológicos e incubadoras que integrem pesquisa e mercado.
- (E) A exigência de que todo conhecimento gerado seja mantido em sigilo absoluto por décadas.

Questão 45. A revisão de crédito é uma atividade periódica essencial para atualizar a percepção de risco sobre os clientes ativos. Durante esse processo, o analista percebe que um grande tomador de recursos teve uma queda brusca em seu Rating de mercado. Nesse sentido, qual deve ser a conduta técnica imediata no âmbito da gestão de riscos para proteger os recursos da agência de fomento?

- (A) Manter o sigilo sobre a informação para que outros credores não saibam da situação do cliente.
- (B) Reavaliar o limite de crédito disponível e solicitar reforço de garantias ou novos documentos.
- (C) Oferecer um novo empréstimo com juros menores para tentar ajudar o cliente a se recuperar.
- (D) Excluir o histórico de Rating antigo para que a média da carteira não pareça ruim nos relatórios.
- (E) Aguardar o vencimento final do contrato, daqui a cinco anos, para tomar qualquer atitude técnica.

Questão 46. O risco de crédito não se resume apenas à inadimplência total; ele também engloba o risco de atrasos que prejudicam o fluxo de caixa da agência de fomento. Ao estruturar a lógica da análise, deve-se considerar o "caráter" do cliente, muitas vezes avaliado pelo histórico de restrições. Se um cliente apresenta uma restrição de baixo valor, mas recorrente, tal comportamento, sob a ótica da gestão de risco, indica prioritariamente:

- (A) Que o cliente é um excelente negociador e prefere pagar as contas sempre com atraso.
- (B) Que a agência deve ignorar o fato, pois valores baixos não impactam o balanço da instituição.
- (C) Um sinal positivo de que o cliente movimenta muito a sua conta bancária em outros bancos.
- (D) Possível desorganização administrativa ou problemas crônicos de liquidez imediata.
- (E) A necessidade de premiar o cliente com uma linha de crédito especial para pagamento de dívidas.

Questão 47. As estratégias de inovação podem ser divididas entre "abertas" e "fechadas". No modelo de Inovação Aberta, as organizações rompem suas fronteiras e passam a colaborar com parceiros externos, como universidades e outras startups, para acelerar o desenvolvimento de novos produtos. Para uma agência de fomento, incentivar a inovação aberta significa apoiar projetos colaborativos. Assim, qual das situações abaixo representa uma barreira cultural ou estratégica comum que dificulta a implementação dessa estratégia de inovação aberta dentro das empresas?

- (A) A facilidade excessiva em encontrar parceiros tecnológicos que trabalham de forma gratuita.
- (B) O receio de compartilhar propriedade intelectual e perder o controle sobre o conhecimento gerado.
- (C) A ausência total de leis que protejam as patentes e marcas registradas no território nacional.
- (D) A obrigatoriedade de contratar apenas parentes dos sócios para os cargos de pesquisa científica.
- (E) O baixo custo de desenvolver tudo internamente em comparação com a busca de soluções externas.

Questão 48. A gestão de risco exige a definição de políticas de provisionamento para perdas esperadas. Em agências de fomento, essas provisões impactam diretamente o resultado financeiro disponível para novos reinvestimentos.

Com base nisso, qual dos fatores abaixo tem o maior peso na necessidade de aumentar o nível de provisionamento de uma determinada operação de crédito já contratada?

- (A) A troca da cor do logotipo da empresa cliente por uma cor que o analista não aprecia.
- (B) O fato de a empresa ter contratado novos funcionários para expandir sua linha de produção.
- (C) A decisão da agência de fomento de mudar o endereço de sua sede para outro bairro.
- (D) A leitura de notícias positivas sobre o aumento do consumo no setor de atuação do cliente.
- (E) O aumento do número de dias de atraso no pagamento das parcelas do financiamento.

Questão 49. Tem-se que imprimir, reproduzir ou, de qualquer modo, fabricar ou pôr em circulação, sem autorização escrita da sociedade emissora, certificado, cautela ou outro documento representativo de título ou valor mobiliário, é crime contra o Sistema Financeiro Nacional à luz da Lei Federal nº 7.492/1986.

As alternativas a seguir apresentam outros exemplos de crimes. Nesse sentido, assinale a que traz uma INCORREÇÃO.

- (A) Emitir, oferecer ou negociar, de qualquer modo, títulos ou valores mobiliários com registro prévio de emissão junto à autoridade competente, em condições divergentes das constantes do registro ou irregularmente registrados.
- (B) Fraudar a fiscalização ou o investidor, inserindo ou fazendo inserir, em documento comprobatório de investimento em títulos ou valores mobiliários, declaração falsa ou diversa da que dele deveria constar.
- (C) Divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira.
- (D) Fazer inserir elemento falso ou omitir elemento exigido pela legislação, em demonstrativos contábeis de instituição financeira, seguradora ou instituição integrante do sistema de distribuição de títulos de valores mobiliários.
- (E) Manter ou movimentar recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida pela legislação.

Questão 50. O investimento em inovação pode vir de fontes públicas ou privadas, cada uma com lógicas e expectativas de retorno distintas. Enquanto o capital de risco busca altos retornos em troca de participações societárias, o fomento público muitas vezes utiliza instrumentos como a subvenção econômica. Com base nisso, qual é a principal característica da subvenção econômica como mecanismo de financiamento à inovação, e por que ela é considerada estratégica para empresas que desenvolvem tecnologias de fronteira com alto risco tecnológico e longo prazo de maturação?

- (A) É um empréstimo com as maiores taxas de juros do mercado para garantir o retorno ao Estado.
- (B) Trata-se de uma linha de crédito que exige a hipoteca da residência de todos os sócios da empresa.
- (C) É um investimento onde o governo passa a ser o dono majoritário das decisões da empresa privada.
- (D) Um mecanismo que financia apenas a compra de mobiliário e veículos para a diretoria da empresa.
- (E) É um recurso não reembolsável que compartilha com a empresa os riscos da atividade de inovação.

Questão 51. O chefe do Poder Executivo de uma Unidade da Federação, com o objetivo de impulsionar a economia local, determinou o início de estudos visando à criação de uma instituição financeira controlada pelo ente federativo, cujo objeto social exclusivo é financiar capital fixo e de giro associado a projetos em sua jurisdição. A assessoria jurídica do ente foi acionada para estruturar o modelo da referida agência de fomento. Após minuciosa análise das vedações operacionais e das exigências estruturais, o parecer jurídico orientou o governante sobre a correta constituição e o funcionamento da entidade.

De acordo com as disposições legais da Resolução BACEN nº 2.828/2001, o pronunciamento formalizado perante o chefe do Executivo, dentre outras coisas, conclui CORRETAMENTE que a instituição:

- (A) Possui permissão para captar recursos diretamente junto ao público em geral, visando ampliar sua capacidade de financiamento regional.
- (B) Deve ser constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, garantindo transparência nas ações de fomento financeiro.
- (C) Não pode ser transformada em qualquer outro tipo de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- (D) Tem assegurado o livre acesso às linhas de assistência financeira e de desconto do Banco Central do Brasil para seus projetos.
- (E) Pode atuar em concorrência com entidades estatais similares, admitindo-se a constituição de até três agências de fomento pelo ente.

Questão 52. Em conformidade com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, os agentes de governança são guardiões dos princípios do sistema. A alternativa que descreve CORRETAMENTE o Princípio da Responsabilização (*Accountability*) é:

- (A) Tratar os sócios e demais partes interessadas de maneira justa, considerando seus deveres e necessidades.
- (B) Desempenhar funções com diligência, assumir as consequências de seus atos e prestar contas de sua atuação.
- (C) Disponibilizar informações verdadeiras, claras e tempestivas, mesmo aquelas não exigidas por regulamentos.
- (D) Zelar pela viabilidade econômico-financeira da organização e atuar para reduzir as externalidades negativas.
- (E) Promover a cultura ética na organização e evitar que as decisões sejam tomadas sob conflitos de interesses.

Questão 53. No contexto dos mecanismos de fomento e políticas públicas focadas à inovação, o Manual de Oslo, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, categoriza diferentes tipos de financiamento governamental. A alternativa que descreve CORRETAMENTE o mecanismo de incentivos fiscais (*tax incentives*) é:

- (A) Investimento governamental direto no capital social da empresa para fomentar inovações.
- (B) Fornecimento de empréstimos governamentais direcionados especificamente para a inovação.
- (C) Garantias do governo para facilitar o investimento financeiro de terceiros nas atividades da empresa.
- (D) Compra de bens ou serviços que exija implícita ou explicitamente que as empresas inovem no acordo.
- (E) Alívio fiscal para atividades de inovação e seus resultados, como incentivos para gastos em P&D.

Questão 54. Na análise subjetiva de crédito, o tradicional modelo dos Cinco C's avalia o cliente sob diferentes perspectivas para minimizar os riscos da concessão. A partir da premissa de que cada um dos C's representa uma dimensão específica da avaliação de crédito, a análise do "Colateral" corresponde à:

- (A) Idoneidade no mercado de crédito, com base no histórico de pontualidade e restrições.
- (B) Habilidade técnica e operacional do cliente em converter seus negócios em renda primária.
- (C) Situação financeira estrutural e ao nível de capital de giro evidenciado no balanço.
- (D) Situação patrimonial do tomador e à disponibilidade de bens para servirem de garantias.
- (E) Capacidade de honrar compromissos diante de fatores macroeconômicos ou sistêmicos adversos.

Questão 55. Um Administrador apresentou à alta administração de uma agência de fomento o projeto de contratar uma empresa terceirizada, sediada no exterior, para assumir integralmente a realização da análise das operações e situações suspeitas de lavagem de dinheiro, visando à redução de custos estruturais. Cauteloso com a regulação aplicável, o colegiado exigiu um parecer técnico prévio. De acordo com as disposições normativas que regulam a prevenção à utilização do sistema financeiro para ilícitos, o referido parecer técnico conclui CORRETAMENTE que a pretendida medida é:

- (A) Expressamente vedada, mas a restrição não impede a contratação de terceiros para prestar serviços auxiliares à análise.
- (B) Legalmente admitida, desde que a empresa estrangeira contratada possua autorização de autoridade supervisora equivalente.
- (C) Permitida apenas se o núcleo decisório for mantido no País, sendo expressamente proibida a remessa de dados ao exterior.
- (D) Vedada de maneira absoluta, o que impede inclusive a admissão de serviços terceirizados de natureza puramente auxiliar.
- (E) Autorizada mediante prévia comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras para monitoramento da operação.

Questão 56. Um empresário dirigiu-se ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para solicitar apoio a um projeto de expansão produtiva. Durante as negociações, em vez de aprovar um financiamento tradicional com a cobrança de juros, a instituição propôs ingressar no negócio adquirindo ações da companhia e injetando recursos próprios para fomentar o investimento, com o intuito de colocar sua participação à venda no mercado futuramente. De acordo com as diretrizes econômicas sobre a estrutura e o papel de fomento do Sistema BNDES, a estratégia descrita classifica-se CORRETAMENTE como uma atividade típica desempenhada pela:

- (A) Agência Finame, cujo propósito exclusivo é o financiamento de máquinas e equipamentos, não atuando na compra de ações corporativas.
- (B) Subsidiária BNDESPAR, que atua na capitalização das empresas nacionais por meio de participações acionárias e aportes não exigíveis.
- (C) Autarquia federal Fibasa, que opera exclusivamente com o desconto de recebíveis e o fomento subsidiado ao microcrédito de curto prazo.
- (D) Agência de fomento estadual, a única entidade de crédito que capta recursos do público para investir em papéis de companhias de base.
- (E) Sociedade Embramec, constituída especificamente para garantir a balança de pagamentos e ofertar empréstimos ao setor agropecuário.

Questão 57. Um Chefe de Setor dirigiu-se à Controladoria interna de uma sociedade de economia mista para relatar um fato que presenciou em seu setor: um Administrador estava utilizando um sistema de apoio ao executivo (SAE) para realizar o monitoramento e o registro rotineiro de fluxo de estoque em pleno horário de expediente. Indignada, a chefia apresentou relatórios e exigiu providências contra o claro desvio de finalidade na utilização do *software*. De acordo com as disposições teóricas sobre controladoria e sistemas de informações gerenciais para o processo decisório, o pronunciamento formalizado perante a Controladoria deve orientar o uso adequado da tecnologia.

Com base nos preceitos corporativos de estruturação das decisões, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Decisões estruturadas ocorrem no nível operacional da empresa, onde as tarefas, os recursos e as metas são predefinidos.
- (B) O processo de tomada de decisão é composto por quatro estágios básicos: inteligência, concepção, seleção e implementação.
- (C) Os sistemas de processamento de transações monitoram o fluxo de rotina e fornecem dados para outros sistemas da organização.
- (D) Os sistemas de apoio ao executivo (SAE) auxiliam a gerência sênior, oferecendo dados para as decisões não estruturadas.
- (E) A gerência média lida com cenários puramente estruturados, sendo impossível a presença de componentes não estruturados.

Questão 58. Na década de 1980, a economia brasileira foi severamente debilitada por elevadas taxas de inflação, motivando a formulação de sucessivos programas de estabilização. Entre as tentativas de controle inflacionário, o Plano Cruzado (1986) destacou-se por adotar medidas sistêmicas de choque. Considerando a literatura especializada sobre os fundamentos e as regras dos planos econômicos adotados no Brasil, é CORRETO afirmar que a caracterização operacional do Plano Cruzado teve como principal diretriz:

- (A) Anunciar o lançamento prévio da Unidade Real de Valor (URV) na economia.
- (B) Sequestrar a liquidez pelo bloqueio dos saques das cadernetas de poupança.
- (C) Decretar o congelamento de preços e salários e instituir o gatilho salarial.
- (D) Criar a Unidade de Referência de Preços (URP) como indexador para salários.
- (E) Promover a desvalorização cambial de 17% e o posterior congelamento cambial.

Questão 59. Um gestor de investimentos dirigiu-se à mesa de operações de uma corretora de valores, relatando grande preocupação com sua carteira. O fundo sob sua administração possuía um volume expressivo de ações de uma companhia, e o executivo projetava uma queda acentuada nos preços desses papéis para as semanas seguintes. Precavendo-se contra a possibilidade de prejuízo iminente aos cotistas, o gestor exigiu a adoção de uma estratégia de proteção (*hedge*). Seu objetivo era travar um piso de preço para as ações, mas sem a obrigação de se desfazer dos ativos imediatamente. De acordo com as regras estruturais do mercado de capitais para mitigação de risco, o instrumento formalizado perante o agente de intermediação classifica-se CORRETAMENTE como a aquisição de um(a):

- (A) Contrato de *swap* de índices, que assegura a blindagem do patrimônio com a transferência física imediata das ações.
- (B) Posição vendida a termo, que possibilita ao fundo o recebimento financeiro antecipado do valor total dos ativos.
- (C) Opção de compra (*call*), que confere ao fundo o direito de revender os papéis à própria companhia emissora.
- (D) Opção de venda (*put*), que confere ao titular o direito de alienar o ativo a um preço fixo preestabelecido.
- (E) Posição no mercado futuro, que protege a carteira e isenta o contratante do recolhimento de margens de garantia.

Questão 60. Durante a avaliação de risco de uma companhia para a liberação de fundos subsidiados, um Administrador de uma agência de fomento notou que a solicitante reteve a totalidade de seus lucros no último exercício. A diretoria da companhia justificou a suspensão do pagamento afirmando adotar a rigorosa política residual de dividendos, visto que possuía diversos projetos de expansão recém-aprovados. De acordo com as diretrizes teóricas de finanças corporativas, a política residual determina a alocação prioritária de todo o lucro gerado para financiar a parcela de capital próprio desses investimentos PORQUE:

- (A) O custo de capital dos lucros retidos é estritamente inferior ao custo de emissão de novas ações ordinárias.
- (B) A retenção integral do lucro contábil isenta a companhia de utilizar capital de terceiros em sua estrutura.
- (C) Os lucros não distribuídos asseguram o benefício fiscal direto de dedutibilidade no imposto de renda.
- (D) A distribuição de proventos em dinheiro eleva substancialmente o risco econômico da firma no mercado.
- (E) A ausência de pagamento é o instrumento preferencial para anular os custos de *agency* impostos por credores.

Questão 61. Um Administrador de uma sociedade de economia mista, atuante como agência de fomento, deparou-se com a análise de financiamento para dois projetos de expansão produtiva submetidos por uma empresa. Os projetos possuíam o mesmo nível de risco e eram mutuamente excludentes, contudo, apresentavam vidas úteis desiguais, operando por períodos distintos. Preocupado com a possibilidade de uma recomendação financeira subótima, o gestor elaborou um parecer exigindo a rejeição da comparação direta pelo valor presente absoluto e a adoção de um método específico para equalizar a divergência. De acordo com as disposições teóricas sobre análises econômico-financeiras de projetos, o procedimento MAIS ADEQUADO e exigido no parecer para solucionar o impasse narrado é o:

- (A) Modelo de precificação de ativos de capital, que ajusta a taxa de desconto de cada projeto para refletir a variação do prazo.
- (B) Sistema de custeio do ciclo de vida, que prolonga o projeto de menor duração até que se iguale ao período do projeto mais longo.
- (C) Método da taxa interna de retorno modificada, que pressupõe o reinvestimento dos fluxos à taxa de mercado em ambas as opções.
- (D) Enfoque do valor presente líquido anualizado, que converte o retorno de cada opção em um valor anual equivalente para a escolha.
- (E) Cálculo da entrada de caixa de *breakeven*, que determina o influxo mínimo necessário para que a opção mais longa seja aceitável.

Questão 62. O monitoramento da carteira de crédito de uma sociedade de economia mista, atuante como agência de fomento, identificou que uma grande indústria tomadora de empréstimos ingressou com pedido de recuperação judicial. Para traçar a estratégia de cobrança e resguardar o patrimônio da instituição, a diretoria convocou um Administrador para mapear o impacto da medida sobre as garantias fidejussórias firmadas e sobre o andamento processual. Com base no regime jurídico da Lei nº 11.101/2005 aplicável à crise empresarial, é INCORRETO afirmar que:

- (A) A referida sociedade de economia mista, credora na relação, não se sujeita à lei de recuperação judicial e falência.
- (B) O plano não pode prever prazo superior a um ano para pagar créditos de acidente de trabalho vencidos até o pedido.
- (C) O deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição das obrigações da devedora.
- (D) As execuções fiscais ajuizadas contra a empresa não são suspensas pelo deferimento da sua recuperação judicial.
- (E) A novação decorrente da aprovação do plano extingue os direitos e os privilégios dos credores contra os fiadores.

Questão 63. O acúmulo de processos estagnados na liberação de linhas de crédito desencadeou uma forte crise operacional em uma agência de fomento. Durante a força-tarefa montada para reverter o cenário, a equipe técnica listou dezenas de gargalos de naturezas diversas, mas reconheceu que seria inviável sanar todos simultaneamente. Para direcionar os esforços de forma estratégica, a diretoria compilou o histórico de ocorrências e elaborou uma representação visual dispondo as frequências acumuladas das falhas em ordem decrescente, o que permitiu separar claramente os poucos problemas vitais dos muitos triviais. De acordo com as disposições teóricas sobre as ferramentas da Gestão da Qualidade, é possível afirmar CORRETAMENTE que o instrumento adotado para embasar essa priorização foi o:

- (A) Diagrama de Pareto, que permitiu focar a ação corretiva ao dispor as frequências das falhas do setor em ordem decrescente.
- (B) Diagrama de Ishikawa, que estruturou a crise categorizando as raízes dos atrasos em métodos, mão de obra e materiais.
- (C) Histograma, que ilustrou a distribuição estatística do tempo de tramitação dos processos ao redor de uma tendência central.
- (D) Fluxograma, que mapeou a sequência de aprovação das linhas de crédito para encontrar gargalos e pontos de decisão falhos.
- (E) Diagrama de Dispersão, que correlacionou o volume financeiro estagnado com os dias de atraso contabilizados na agência.

Questão 64. O dossiê para o financiamento de um audacioso plano de reestruturação industrial chegou à mesa de análises de uma agência de fomento. A corporação solicitante justificava o vultoso crédito sob a promessa de converter sua engessada linha de montagem em um modelo de excelência fundamentado no Sistema Toyota de Produção. Para recomendar a liberação dos recursos, a equipe técnica precisou depurar o projeto arquitetônico e operacional, atestando sua estrita fidelidade à lógica da eliminação de perdas e da produção enxuta (*Lean*). De acordo com as disposições teóricas consagradas sobre a administração de sistemas de produção, o projeto validado para receber o aporte financeiro deve obrigatoriamente refletir os princípios do sistema enxuto descritos a seguir, EXCETO:

- (A) Implementar redes focadas, priorizando a construção de instalações fabris pequenas e especializadas.
- (B) Adotar a tecnologia de grupo, agrupando peças semelhantes e dispondo os processos em células de trabalho.
- (C) Garantir a qualidade na fonte, responsabilizando os próprios operários pela qualidade da produção.
- (D) Instituir o sistema empurrado de produção, garantindo a fabricação antecipada para evitar falhas.
- (E) Estabelecer a programação nivelada da fábrica, atuando na suavização do fluxo para reduzir variações.

Questão 65. A diretoria de uma sociedade de economia mista, estruturada como agência de fomento, determinou um pente-fino nas operações de concessão de crédito para alavancar a economia regional. Durante o mapeamento do setor, a equipe técnica liderada por um Administrador utilizou uma matriz de priorização cruzando o grau de impacto no negócio (B) com a qualidade do desempenho (Q). O processo crítico de "Análise e Liberação de Garantias" foi classificado matematicamente com "importância fundamental" para os resultados da agência, porém seu desempenho atual foi atestado como estritamente "inadequado" devido a falhas sistêmicas e operacionais. Com base nas diretrizes teóricas de avaliação de processos pela Matriz B-Q, a intervenção técnica indicada CORRETAMENTE pelo Administrador para solucionar a disfunção desse processo específico consiste em:

- (A) Aplicar o aprimoramento contínuo (*kaizen*), mantendo a configuração atual e utilizando ferramentas para garantir a melhoria.
- (B) Promover a ruptura e reprojeter o processo, estabelecendo revisões em termos de organização, tecnologia e responsabilidades.
- (C) Focar em melhorias localizadas de pequena amplitude, pois a atual estrutura estratégica dispensa a revisão geral da organização.
- (D) Isentar a operação de intervenções imediatas para preservar o crédito, direcionando o esforço gerencial às áreas incipientes.
- (E) Delegar o fluxo de aprovação a terceiros, visto que a matriz determina que processos de alto impacto inadequados sejam suprimidos.

Questão 66. Um cidadão acompanhava audiência pública de prestação de contas de uma agência de fomento e questionou os indicadores extraídos das demonstrações contábeis apresentados no painel. O diretor financeiro defendeu a saúde do negócio, explicando detalhadamente o significado de cada métrica para comprovar a liquidez e a rentabilidade da operação. Contudo, o cidadão impugnou a apresentação ao detectar um erro técnico em uma das definições. Com base no instrumental básico de análise econômico-financeira, a impugnação feita pelo cidadão aponta como INCORRETA a afirmação do diretor descrita na seguinte alternativa:

- (A) A liquidez corrente mensura a capacidade da entidade de pagar suas obrigações de curto prazo com ativos circulantes.
- (B) O endividamento geral reflete a proporção do ativo total que é financiada com recursos de credores da instituição.
- (C) A liquidez seca exclui as contas a receber do ativo circulante por representarem os itens de menor liquidez da conta.
- (D) O giro do estoque quantifica a atividade do estoque dividindo o custo das mercadorias vendidas pelo próprio estoque.
- (E) O retorno sobre o ativo total mensura a eficácia da gestão em gerar lucros a partir dos ativos totais disponíveis.

Questão 67. A diretoria de novos negócios de um conglomerado corporativo mapeava o mercado em busca de ativos estratégicos, demonstrando expressivo interesse na aquisição de uma unidade produtiva isolada pertencente a uma sociedade empresária em trâmite regular de recuperação judicial. O colegiado, contudo, condicionou a elaboração da oferta à segurança de que a compra em hasta pública ocorreria livre da herança de dívidas estatais. Consoante as regras de responsabilidade dos sucessores previstas na Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional – CTN), a alienação judicial da referida unidade afasta a sucessão do passivo preexistente, ocorrendo a responsabilização e a transferência do encargo tributário ao adquirente, de forma estrita e excepcional, no cenário em que o comprador seja:

- (A) Fundo institucional desvinculado que retenha a mão de obra e a carteira de clientes da unidade adquirida.
- (B) grupo estrangeiro que proceda à injeção de capital e mantenha o maquinário operando no mesmo segmento.
- (C) Parente em linha reta ou colateral até o quarto grau, consanguíneo ou afim, de qualquer dos sócios.
- (D) Corporação independente que arremate o bem visando explorar atividade econômica idêntica na região.
- (E) Consórcio formado exclusivamente por credores sem garantias reais visando à mitigação de seus prejuízos.

Questão 68. Durante a expansão de suas linhas de crédito, o comitê de tecnologia de uma agência de fomento reprovou a arquitetura do novo sistema operacional. A alegação técnica era que a modelagem proposta tratava "Cliente", "Financiamento" e "Garantia" apenas como repositórios passivos de informações submetidos a processos externos, engessando o sistema. Para solucionar a falha estrutural, o comitê determinou a adoção de uma abordagem na qual essas instâncias fossem tratadas de forma independente, reunindo em si mesmas tanto as características específicas quanto os comportamentos a elas associados, facilitando a reutilização em futuros projetos. Considerando a teoria sobre a modelagem e o projeto de soluções de tecnologia, assinale a alternativa que apresenta a conceituação CORRETA da metodologia exigida para essa reestruturação:

- (A) Diagrama de fluxo de dados, que mapeia a movimentação das informações entre as entidades externas, os armazéns e os processos de negócios.
- (B) Método de ciclo de vida tradicional, que particiona o desenvolvimento do *software* em estágios sequenciais e altamente formalizados.
- (C) Modelo de reengenharia de processos (BPR), focado em simplificar o trabalho e eliminar gargalos para maximizar o benefício tecnológico.
- (D) Sistema de metodologia estruturada, que documenta a aplicação de cima para baixo, separando rigorosamente os dados dos processos.
- (E) Desenvolvimento orientado a objetos, no qual o *software* é modelado como um conjunto de elementos autônomos que combinam processos e dados.

Questão 69. Durante a apuração de um grande esquema de desvios de verbas, a presidência de uma agência de fomento estadual recebeu um ofício exigindo a remessa de extratos bancários sigilosos de uma indústria pertencente à sua carteira de crédito. O documento foi expedido diretamente por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da esfera federal, desacompanhado de qualquer mandado judicial. Preocupada com a tipificação penal por quebra indevida de sigilo financeiro, a diretoria consultou o normativo de regência para validar o cumprimento da requisição. De acordo com a Lei Complementar nº 105/2001, o repasse das informações solicitadas constitui medida lícita e independe de autorização do Poder Judiciário, exigindo-se, contudo, como requisito de validade para o afastamento do sigilo, que a requisição da referida CPI tenha sido:

- (A) Chancelada de forma cautelar pelo juízo criminal competente de primeira instância.
- (B) Aprovada previamente pelo plenário da respectiva CPI.
- (C) Validada pelo Ministério Público Federal (MPF) na condição de fiscal da ordem jurídica.
- (D) Requisitada e repassada obrigatoriamente por intermédio do Banco Central do Brasil (Bacen).
- (E) Comunicada em caráter prévio ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Questão 70. A tramitação de uma ação penal perante a Justiça Federal, instaurada pelo Ministério Público Federal (MPF) para apurar fraudes milionárias contra o Sistema Financeiro Nacional (SFN), foi marcada por um incidente processual. Considerando a especificidade técnica das manobras financeiras investigadas, o Banco Central do Brasil (Bacen) peticionou nos autos requerendo o seu ingresso formal no feito para atuar ao lado do órgão acusador. A defesa dos réus impugnou a medida, argumentando que o rito do Código de Processo Penal (CPP) não contemplaria a interferência processual da referida autarquia. O magistrado, contudo, rechaçou a impugnação e validou o ingresso baseando-se na literalidade da Lei nº 7.492/1986 (Lei do Colarinho Branco). De acordo com as regras de aplicação e de procedimento criminal da referida norma, a decisão do juiz encontra amparo legal, uma vez que a autarquia federal é admitida no processo na qualidade de:

- (A) Assistente de acusação, se o crime for de sua disciplina e fora das hipóteses da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- (B) Litisconsorte ativa necessária, dividindo a titularidade da ação penal de forma indivisível com o MPF.
- (C) *Amicus curiae*, sendo-lhe facultada a apresentação de laudos técnicos, mas expressamente vedada a interposição de recursos.
- (D) Substituta processual, assumindo a condução incondicionada da ação penal caso o MPF não ofereça a denúncia.
- (E) Perita oficial do juízo, atuando de forma vinculante para aferir o prejuízo financeiro causado às instituições fraudadas.

PROVA DISCURSIVA

Leia o enunciado e responda as questões a seguir, observando-se o mínimo de 05 (cinco) e o máximo de 10 (dez) linhas para cada uma delas, fazendo correto uso do padrão culto da Língua Portuguesa. Não esqueça de transcrever as suas respostas para a **Folha Definitiva da Prova Discursiva**, pois a Folha Rascunho **NÃO** será considerada para correção.

A Agência Estadual de Desenvolvimento (AED) é uma sociedade de economia mista responsável por fomentar a inovação e o desenvolvimento no Rio Grande do Sul. Nos últimos anos, a AED sofreu uma expansão acentuada de suas atribuições, gerando um descompasso administrativo. Um relatório recente da Controladoria-Geral do Estado (CGE) apontou possíveis deficiências na gestão administrativa da Agência: a tomada de decisões pelos diretores ocorre de forma isolada e baseada em dados operacionais brutos, extraídos de Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) fragmentados e possivelmente obsoletos, que não se comunicam entre si. Constatou-se também que a AED possui uma *Missão* e *Visão* formalizadas, mas que não se traduzem em ações práticas, evidenciando uma desconexão total entre o Planejamento Estratégico Institucional e os programas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) do Governo Estadual. Além disso, o atual Sistema de Avaliação de Desempenho dos empregados e gestores é subjetivo, desprovido de metas quantificáveis e não oferece fluxos de informação corretiva (*feedback* ou *feedforward*), o que inviabiliza a responsabilização (*accountability*) e o alcance da eficácia institucional. Para reverter esse quadro, a presidência da AED determinou a reestruturação imediata da sua unidade de Controladoria, elevando-a ao nível estratégico. O Administrador recebeu a missão de integrar os sistemas de informação, desenhar um novo modelo de avaliação de desempenho atrelado ao *Balanced Scorecard* (BSC) e garantir o alinhamento das ações da AED com o PPA vigente.

À luz da situação hipotética narrada e dos conceitos de gestão governamental, controladoria e processo decisório na Administração, responda de forma fundamentada às questões discursivas a seguir:

Questão 01. Descreva o papel da Controladoria no processo decisório da AED, especificando sua atuação nas etapas de *Planejamento* e de *Controle*. Em sua resposta, diferencie conceitualmente "dados" de "informações".

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Questão 02. Explique como o Administrador deve estruturar o Sistema de Avaliação de Desempenho utilizando o *Balanced Scorecard* (BSC) e os fluxos de informação de *feedback* e *feedforward* para garantir a eficácia das políticas públicas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	